



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO



CONTRATO Nº 02/2016 - MEJC

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram a EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH, FILIAL MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO - MEJC e a Empresa INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, nos termos do Pregão Eletrônico nº 28/2015 - HUOL, para o fim que especifica.

A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH, FILIAL MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, situada à Av. Nilo Peçanha, 270 - Petrópolis, nesta cidade de Natal/RN, inscrita no CNPJ sob nº 15.126.437/0013-87, neste ato representada pelo Superintendente KLEBER DE MELO MORAIS, brasileiro, portador do RG nº [REDACTED], inscrito no CPF nº [REDACTED], nomeado através da Portaria nº 68, de 30 de setembro de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 8 da EBSERH, de 07 de outubro de 2013, e por seu Gerente Administrativo DILSON DE ANCHIETA RODRIGUES, brasileiro, portador do RG nº [REDACTED], inscrito no CPF nº [REDACTED], nomeado através da Portaria nº 296/2014, publicada no Boletim de Serviço nº 41, de 02 de junho de 2014, a seguir denominada **CONTRATANTE** e a Empresa INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, com sede na Rua Desembargador Sinval Moreira Dias, nº 1712, Bairro Nova Descoberta, Natal-RN, CEP:

59.075-340, inscrita no CNPJ sob o nº 04.008.185/0001-31, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** neste ato representada por seu representante legal o Sr. LUIZ ANTONIO RECH, brasileiro, casado, gerente comercial, portador de cédula de identidade nº [REDACTED] inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], residente na rua das Algarobas, nº 1850, Ap. 201/B, Pitimbu, Natal/RN, têm entre si justo e avençado o que celebram por força do presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços, abaixo especificado, relativo ao Pregão Eletrônico nº 28/2015 - HUOL, Processo Administrativo nº 23526.002156/2015-96, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, alterada pelas Leis nº 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99, de 08 de junho de 1994, 27 de maio de 1998 e 27 de outubro de 1999, respectivamente, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, na Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 e na Instrução Normativa nº 02 – MPOG/SLTI de 30 de abril de 2008, cuja minuta foi devidamente analisada e aprovada pelo Setor Jurídico desta Filial, mediante as cláusulas e condições a seguir transcritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

1.1. O objeto do presente contrato visa a prestação, pela Contratada, de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC/ EBSEH, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com as especificações detalhadas no edital e seus anexos, de acordo com as especificações e características descritas no Termo de Referência, Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico nº 28 /2015–HUOL-UFRN/ EBSEH .

CLÁUSULA SEGUNDA – Tipo e Forma da Prestação dos Serviços

2.1. A Contratada deverá prestar serviços de acordo com as necessidades estabelecidas neste Termo de Referência, observado o limite máximo do quantitativo de profissionais por postos a serem disponibilizados, e escala de trabalho conforme quadro abaixo discriminado:

ITEM	CATEGORIA	QTDE. DE POSTOS/AN O	JORNADA DE TRABALHO	CBO
1	Posto de Vigilância Armada – 12 (doze) horas diurnas , de segunda-feira a domingo, incluindo feriados, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	72	12x36 D (escala)	5173-30
2	Posto de Vigilância Armada – 12 (doze) horas noturnas , de segunda-feira a domingo, incluindo feriados, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	36	12x36 N (escala)	5173-30
3	Posto de Vigilância Desarmada – 12 (doze) horas diurnas , de segunda-feira a domingo, incluindo feriados, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	12	12x36 D (escala)	5173-30
4	Posto de Vigilância Desarmada – 12 (doze) horas noturnas , de segunda-feira a domingo, incluindo feriados, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	12	12x36 N (escala)	5173-30

2.2. – Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades para desenvolver as atividades licitadas, conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e Curso específico conforme Legislação Vigente.

2.3. – As quantidades mencionadas são estimadas e poderão ser implementadas em todo ou em parte, ao longo do Contrato decorrente, dependendo da necessidade da Administração.

2.4. – A Contratada deverá manter 01 (um) preposto na EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSEH, filial MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCIO, durante todo o período de vigência do contrato, com a atribuição de gerir as demandas sobre os funcionários da Contratada.

2.4.1. – O preposto deverá ser classificado como Supervisor (Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 4101-05) e exercerá suas funções de segunda a sexta-feira, preferencialmente de 8hs às 18hs, conforme necessidade da CONTRATANTE, respeitado o intervalo intrajornada de 1 (uma) a 2 (duas) horas, art. 171 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

2.4.2. – O profissional designado como preposto deverá demonstrar capacidade gerencial e conhecimento em gestão de pessoas e informática, de forma a administrar a equipe disponibilizada pela Contratada, sob sua subordinação, deve ainda fornecer informações com presteza à equipe de fiscalização contratual.

2.4.3. – A presença do preposto é essencial ao andamento do contrato, tendo em vista

especialmente a ausência de subordinação entre a EBSEH/MEJC e os empregados da contratada, de modo que as reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados serão por ele recebidas.

2.4.3.1 – As atribuições de recebimento de demandas pelo preposto visam descaracterizar qualquer relação direta de subordinação entre a Administração e os funcionários da Contratada.

2.5 – Os serviços serão executados nas instalações prediais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC, localizada na Avenida Nilo Peçanha, nº 270, bairro de Petrópolis, Natal – RN.

2.5.1 - Os serviços deverão ser prestados nos horários a serem estabelecidos pela equipe de fiscalização do contrato, podendo haver flexibilidade, sendo respeitado os intervalos interjornadas e intrajornadas, desde que não ocorra acréscimo sobre a jornada de trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações da Contratante

3.1 - As obrigações da CONTRATANTE encontram-se respaldadas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002, nos Decretos nº 2.271/97 e 5.450/2005 e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores, além das demais normas legais pertinentes. Deverão ser cumpridas todas as disposições constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº28/2015 – HUOL-UFRN/EBSEH e seus anexos, bem como:

3.1.1 - Formalizar e enviar o Instrumento Contratual e o Termo do Acordo de Nível de Serviço, em que serão estabelecidos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço contratado e respectivas adequações de pagamento, para assinatura do licitante declarado vencedor do certame, desde que atendidas todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus Anexos.

3.1.2 – Emitir e enviar Nota de Empenho e cobrar a execução do objeto dentro do prazo previamente determinado no edital e seus anexos, cujos preços encontram-se registrados neste Instrumento de Contrato;

3.1.3 – Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente uniformizados e identificados, às dependências da CONTRATANTE, para execução do objeto;

3.1.4 - Impedir que pessoas não autorizadas pela CONTRATADA executem o objeto contratado;

3.1.5 - Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa realizar os serviços e executar o objeto contratado dentro das especificações exigidas no edital e seus anexos;

3.1.6 - Fornecer à CONTRATADA, a qualquer tempo, toda a informação que julgar pertinente à execução do objeto licitado, no intuito do bom desenvolvimento do compromisso assumido, sempre se pautando nas normas reguladoras citadas e outras que venham a ser emitidas mesmo após a celebração do Contrato;

3.1.7 - A CONTRATANTE, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC, se reserva o direito de acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, através de um representante da administração especialmente designado, a quem caberá registrar em livro, documento ou sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega/execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

3.1.8 - Designar servidor (es) ou empregado (s) para acompanhar a execução e certificar a prestação dos serviços, podendo, em decorrência, solicitar providências junto à CONTRATADA, tão logo constate casos de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções na execução do contrato às suas expensas, para que a mesma adote medidas indispensáveis ao bom andamento dos serviços contratados, que atenderá ou justificará de imediato. O não atendimento sujeitará a CONTRATADA as penalidades previstas no Contrato;

3.1.9 - A fiscalização exercida pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita entrega/execução do objeto contratual.

3.1.10 - Solicitar à CONTRATADA a retificação da execução de objeto contratado cujo padrão de qualidade esteja fora das condições estabelecidas no Termo e Referência, Anexo III do edital e do Acordo de Níveis de Serviços, Anexo VI do edital;

3.1.11 - Comunicar à CONTRATADA, tão logo constate casos de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções, durante a execução do objeto, para que a mesma adote medidas emergenciais indispensáveis ao bom andamento do que foi solicitado, conforme objeto constante no edital e seus anexos;

3.1.12 - Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas, pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para

contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

3.1.13 - Exigir da empresa CONTRATADA integral responsabilidade pela boa execução e eficiência no cumprimento do objeto, mormente no que se refere à sua fiel execução;

3.1.14 - Efetuar o pagamento até o 15º (décimo quinto) dia corrido após a apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização de que os serviços foram executados, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos, notadamente os impostos e as contribuições elencados na legislação aplicável, especificamente nas hipóteses de substituto tributário.

3.1.15 – Reter da CONTRATADA, em conta vinculada, os custos relativos às provisões de férias e abono de férias, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores

3.1.16.1 – Ao valor do depósito em conta vinculada será acrescido o percentual de lucro proposto pela CONTRATADA observando-se que:

a. o saldo total da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – será liberado à empresa na ocasião do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, ocorrendo ou não o desligamento dos empregados, desde que não exista débito de natureza trabalhista para com seus empregados;

b. os valores provisionados, mencionados neste inciso, serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da empresa.

3.1.17 – Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores, depositados na conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal devido à empresa, observando-se que:

a. Os valores RETIDOS da CONTRATADA referentes às provisões com férias e abono de férias; 13º salário; multa do FGTS; a incidência do submódulo 4.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do Anexo VIII do edital, sobre os valores de 13º salário e férias e ao valor correspondente ao percentual de lucro proposto, serão liberados somente quando da ocorrência das indenizações trabalhistas, com prévia autorização do CONTRATANTE, na forma prevista na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores.

3.1.18 – Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o Inciso V do art. 19-A da IN nº 02/2008, a CONTRATANTE deve depositar esses valores junto à Justiça do Trabalho ou outro foro competente, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

3.2 – Quanto à prestação dos serviços:

3.2.1 - Solicitar à CONTRATADA a substituição de funcionário que não estiver devidamente identificado, uniformizado ou com crachá, que embarçar ou dificultar a fiscalização dos serviços por ele executado ou cuja permanência na área seja julgada inconveniente.

3.2.2 - Notificar, por escrito, a CONTRATADA, quando da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para sua correção.

3.2.3 - Acompanhar o sistema de controle dos serviços utilizado pela CONTRATADA, onde deverão ser registradas todas as ocorrências e observações, devendo o mesmo ser assinado por profissional da CONTRATADA e por servidor ou empregado designado pela CONTRATANTE, além de informar à Unidade de Patrimônio sobre quaisquer ocorrências envolvendo o patrimônio;

3.2.4 - Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados da contratada colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

3.2.5 - Exigir da empresa contratada, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, previstos no Programa de Proteção de Riscos Ambientais – PPRA, em perfeito estado de conservação e funcionamento, com qualidade e tecnologia adequadas, inclusive certificado pelo MTE;

3.2.6 - Exigir, antes do início das atividades de todo pessoal, Atestado de Exame Médico Admissional;

3.2.7 - Exigir da empresa CONTRATADA providências quanto à capacitação de todo pessoal, com planos de cursos apresentados à Gerência Administrativa e apreciados pela Divisão de Gestão de Pessoas;

3.2.8 - É vedado à CONTRATANTE ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

- b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- d) Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações da Contratada

4.1 – As obrigações da CONTRATADA encontram-se respaldadas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002, nos Decretos nº 2.271/97 e 5.450/2005 e na IN SLTI/MPOG nº 02/2008, além das demais normas legais pertinentes. Deverão ser cumpridas todas as disposições constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 28/2015 e seus anexos, bem como:

4.1.1 – Assinar e devolver o presente Instrumento de Contrato e o Termo de Acordo de Nível de Serviço, ajustado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, onde estão estabelecidos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço contratado e respectivas adequações de pagamento, em até 2 (dois) dias úteis após seu recebimento;

4.1.2 – Recomenda-se a realização de acesso diário ao e-mail da empresa, informado no SICAF – Sistema Integrado de Cadastramento de Fornecedores do Governo Federal ou no comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br), quando da retirada do edital e/ou assinatura do contrato, e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das solicitações de providências enviados eletronicamente pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, filial Maternidade Escola Januário Cicco;

4.1.3 – Comprovar a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e credenciadas pelos órgãos competentes;

4.1.3.1 – Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização do início dos serviços, a mão-de-obra referente aos postos solicitados nos locais e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Administração, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o Posto conforme o estabelecido;

4.1.3.2 – Fornecer uniformes e seus complementos conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, conforme estabelecido na IN/MPOG nº 02 e suas alterações posteriores (Anexo VI, item 2 e seus subitens):

UNIFORMES E COMPLEMENTOS NECESSÁRIOS PARA OS POSTOS DE VIGILANTES E SUPERVISOR	
CALÇA SOCIAL;	MUNIÇÃO CALIBRE 38
CAMISA SOCIAL MANGAS COMPRIDAS E/OU CURTAS COM EMBLEMA DA EMPRESA;	DISTINTIVO TIPO BROCHE;
CINTO DE NYLON;	LIVRO DE OCORRÊNCIA POR POSTO DE TRABALHO;
COTURNO E MEIA;	CASSETETE E PORTA CASSETETE;
QUEPE COM EMBLEMA;	APITO COM CORDÃO;
CRACHÁ;	PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO VIGILANTE;
COLETE DE SEGURANÇA	LANTERNA TÁTICA
JAQUETA DE FRIO OU JAPONA;	PILHA/BATERIA PARA LANTERNA;
CAPA DE CHUVA;	TRÊS PILHAS/BATERIA SOBRESSALENTE A SEREM MANTIDAS NO POSTO DE TRABALHO. (EXTRA)
REVÓLVER CALIBRE 38	APARELHOS RÁDIOS TRANSMISSORES PARA COMUNICAÇÃO DO TIPO DIGITAL, REFERÊNCIA MOTOROLA DTR620 ou similar;
CINTO COM COLDRE E BALEIRO;	PROTETOR SOLAR PARA POSTOS DE ÁREAS EXTERNAS, QUANDO FOR O CASO.

OBS: Se necessário, outros acessórios/equipamentos poderão ser utilizados para o desempenho das atividades, se houver concordância da contratante.

4.1.3.3 - A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados, salvo o disposto no art. 462, § 1º, da CLT.

4.1.3.4 - Apresentar à CONTRATANTE manter atualizada a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos “Registro de Arma” e “Porte de Arma”, que serão utilizadas pela mão-de-obra nos postos. Bem como, cronograma de manutenção das armas e munições. Além disso, quando da ocorrência de manutenções preventivas e/ou corretivas, deverão ser entregues documentos comprobatórios da realização dos serviços;

4.1.3.5 - Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Postos;

4.1.3.6 - Ficarão disponíveis no posto de trabalho as cópias do registro e porte de arma;

4.1.3.7 - Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;

4.1.3.8 - Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

4.1.3.9 - Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da CONTRATANTE;

4.1.3.10 - Efetuar a reposição da mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em

- eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- 4.1.3.10.1 - O atendimento da reposição será em até 2 (duas) horas a partir da solicitação;
- 4.1.3.10.2 - A solicitação poderá ocorrer através de e-mail e por telefone ou por Termo de Notificação;
- 4.1.3.11 - Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma;
- 4.1.3.12 - Atender de imediato ou no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- 4.1.3.13 - Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 4.1.3.14 - Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços;
- 4.1.3.15 - A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.
- 4.1.3.16 - O cassete deverá ser utilizado somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;
- 4.1.3.17 - Prestar os serviços de vigilância armada, de acordo com o serviço contratado, bem como de segurança, utilizando os sistemas de segurança e alarme que a CONTRATANTE possua ou venha a possuir, e fornecendo os demais equipamentos e artefatos inerentes ao desempenho de suas funções.
- 4.1.3.18 - Fornecer colete à prova de balas de uso individual, nível AII, conforme regulamentação do Ministério do Exército, de tamanho adequado do usuário;
- 4.1.3.19 - Substituir a munição manuseada por munição nova, acondicionada na embalagem original, a cada 6 (seis) meses e as demais que permanecerem devidamente acondicionadas, na embalagem original, deverão ser substituídas dentro de 12 (doze) meses;
- 4.1.3.20 - Garantir a revisão de todas as armas será realizada somente por pessoas ou empresas especializadas, no mínimo a cada 6 (seis) meses, em sistema de rodízio, cuja

escala deverá ser aprovada pelo fiscal da MEJC/ EBSERH;

4.1.4 - Juntamente com os materiais/acessórios descritos no item 4.1.3.2 a CONTRATADA deve fornecer rádios de comunicação para cada posto de trabalho devidamente regularizados pelo Ministério das Comunicações, se for o caso, mantendo a CONTRATANTE informada quanto à frequência autorizada, capacidade instalada e tipo de equipamento em uso para utilização na(s) ronda(s) diária(s) , com as seguintes características mínimas:

- Indicador de bateria;
- Bateria de íons de lítio, capacidade para até 19 horas de operação para cada ciclo da bateria.
- Carregador rápido de mesa de 1 hora.
- Revestimento externo de policarbono, robusto e compacto, com cobertura de borracha confortável;
- Banda ISM de 900MHz (902-907 MHz, 925-928 MHz);
- Identificação da chamada via canal de RF;
- Original atualização de dados via canal de RF e recebe atualização de dados via canal de RF;
- Atende às especificações militares 810 C, D, E e F para impacto, vibração, umidade, poeira e temperaturas extremas;
- Área de cobertura local melhorada;
- Áudio claro;
- Controle eletrônico ligado/desligado e de volume alto/baixo.

4.1.4.1 - Fornece um rádio HT do mesmo tipo e com a mesma frequência para uso do fiscal do contrato, para possibilitar a comunicação com o supervisor e a equipe de segurança da CONTRATADA.

4.1.5 - Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados em atividade nas dependências da Contratada, bem como dos postos de trabalho, comunicando qualquer alteração;

4.1.6 - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das atribuições dos vigilantes, descritas no Edital e seus anexos;

4.1.7 - Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços;

4.1.8 - Zelar para que seus empregados observem o uso obrigatório de EPI (Equipamento de Proteção Individual), quando for o caso, conforme discriminado no PPRA;

4.1.9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obriguem prontamente em atender;

4.1.10 - Manter disponível e/ou afixado no posto o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades fim;

4.2 - Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, apresentando mensalmente até o 10º (décimo) dia, à Contratante, a comprovação do recolhimento do FGTS e INSS, bem como a folha de pagamento dos funcionários que suprem o contrato referentes ao mês anterior.

4.3 - A CONTRATADA obriga-se, independentemente do pagamento de suas faturas emitidas contra a CONTRATANTE, pagar a seus empregados até o 5º dia do mês subsequente, conforme legislação em vigor, e no local de trabalho dos mesmos, através de contas bancárias, ou com recursos em espécie, não sendo autorizado o deslocamento para locais de recebimento que não os indicados previamente, salvo se a mão-de-obra deslocada for reposta durante o deslocamento, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos;

4.3.1 - O pagamento dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados não poderá estar vinculado ao recebimento pelos serviços prestados;

4.4 - A CONTRATADA obriga-se, de forma antecipada, a fornecer mensalmente aos seus empregados alocados na execução dos serviços, objeto da presente licitação, o quantitativo de vale-transporte para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa, em quantidade proporcional aos dias trabalhados, conforme percurso devidamente comprovado pelo empregado (de acordo com as linhas utilizadas e o comprovante de residência). Nos casos em que se verifique o fornecimento de refeições pelo empregador ou o fornecimento de Auxílio-Alimentação, conforme o estabelecido em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, não será admitida a apropriação de vale-transporte para o intervalo destinado as refeições;

4.5 - Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE que, por intermédio do Setor de Infraestrutura Física ou outra equivalente, responsável pela fiscalização do contrato, que acompanhará a execução dos serviços, orientando, fiscalizando e intervindo no seu exclusivo interesse, a fim de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas, comunicando a CONTRATANTE quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços;

- 4.6 - Apresentar a CONTRATANTE, a partir do segundo mês de vigência do Contrato, cópias das folhas de pagamento e dos contracheques, bem como fornecer comprovantes de recolhimento dos encargos sociais conforme item 11.24;
- 4.7 - Comprovar, mensalmente, a quitação das obrigações trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais e legais, sobretudo o recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social) acompanhados da respectiva folha de pagamento pertinente aos seus empregados disponibilizados para prestar os serviços;
- 4.8 - Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços, pagando os emolumentos prescritos em lei;
- 4.9 - Acompanhar, fiscalizar e orientar o correto uso dos uniformes, equipamentos e armamento, bem como os detalhes de higiene pessoal (barba – cabelo – unhas – etc.), devidamente identificados através de crachá. Deverá realizar a substituição dos profissionais que não apresentem condições de executar os serviços de acordo com o estabelecido;
- 4.10 - Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do Contrato;
- 4.11 - Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no Contrato;
- 4.12 - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes nos quais venham a serem vítimas os empregados, quando em serviço, tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade de vigilância em geral;
- 4.13 - Responder por danos e desaparecimento de bens materiais, e avarias que venham a ser causada por seus empregados ou representante, a terceiros ao próprio local de serviço, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93;
- 4.14 – A contratada deverá apresentar um Plano de Segurança para os locais onde prestará vigilância e que deverá indicar:
- a. Sistema de apoio logístico;
 - b. Efetivo alocado;
 - c. Armas e munições (normas e procedimentos para uso de armas);
 - d. Sistema de comunicação (normas de uso do rádio);
 - e. Prever procedimentos de primeiros socorros;
 - f. Aspectos de Defesa Civil;
 - g. Plano de chamada e/ou convocação para situações de emergência e ou calamidade

pública;

h. Procedimento em caso de sinistro.

4.14- O Plano de Segurança deverá ser apresentado para aprovação junto à Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar.

4.15 - Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, fiscalizando, ministrando e dando orientações necessárias aos respectivos profissionais.

Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas;

4.16 - Facilitar ao setor, no qual os serviços serão executados, conforme o caso, a supervisão dos serviços pactuados, bem como a verificação de materiais e equipamentos destinados a sua execução;

4.17 - Acatar as exigências dos Poderes Públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;

4.18 - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato devendo orientar seus empregados nesse sentido;

4.19 - Manter obediência ao horário de trabalho estabelecido pela CONTRATANTE, em conformidade com as leis trabalhistas;

4.20 - Registrar e controlar a assiduidade, pontualidade de seu pessoal e as ocorrências havidas em seu posto, diariamente, juntamente com a Administração;

4.21 - Realizar Exames Médicos obrigatórios anualmente com todo pessoal, e primordialmente o Exame Admissional, antes que os profissionais assumam suas funções;

4.22 - Fazer seguro de vida em grupo, de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, assumindo todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

4.23 - Ministrando cursos de aperfeiçoamento, reciclagem e relações interpessoais, nos termos da legislação vigente;

4.24 - Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiver prestando o serviço;

4.25 - Nenhum empregado poderá exercer sua atividade sem que sua Carteira de Saúde e

do trabalho estejam devidamente atualizadas;

4.26 - Promover avaliações periódicas, junto às unidades beneficiárias dos serviços, do desempenho funcional dos seus empregados, promovendo as recomendações contidas neste termo de referência;

4.27 - A CONTRATADA é responsável pela execução do contrato, não podendo em hipótese alguma, sublocar os serviços para terceiros, sob pena de sanções administrativas e de ordem legal;

4.28 - Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.

4.29 - Manter durante a vigência do contrato o Endereço, Telefone, e-mail da empresa atualizados, como também o telefone de contato do preposto para atendimento 24 horas, caso seja necessário.

4.30 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato, referentes à forma de execução do objeto contratado, bem como ao cumprimento das demais obrigações assumidas no Instrumento Convocatório;

4.31 - Atender prontamente quaisquer exigências dos representantes da CONTRATANTE, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, inerentes ao objeto licitado;

4.32- Fornecer sempre, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo (s) documento (s) que comprove(m) todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.33 - Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura do presente Instrumento Contratual;

4.34 - Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições licitadas;

4.35 - Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC , e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na entrega/execução das obrigações assumidas na presente ARP;

4.36 - Manter durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas;

4.37- Com vistas ao cumprimento das exigências contidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores, a empresa CONTRATADA obriga-se ainda:

4.37.1- Manter sede, filial ou escritório no local da prestação de serviços, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados;

4.37.2 – Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF) para todos os empregados;

4.37.3 – Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

4.37.3.1 – Disponibilizar aos seus empregados os meios necessários para obtenção do extrato de recolhimento das contribuições e do FGTS sempre que for solicitado pela fiscalização;

4.37.4 – Apresentar garantia de execução do contrato nos termos previstos na Cláusula Décima Terceira deste Contrato;

4.37.5 – Manter número de empregados compatível com a quantidade de serviços a serem prestados;

4.37.6 – Fixar o domicílio bancário dos empregados terceirizados na cidade ou na região metropolitana de Natal;

4.37.7 – Autorizar a abertura de conta vinculada ao contrato de prestação de serviços, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº2 , de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores;

4.37.8 – Autorizar a CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando este não for adimplido;

4.38– Quanto à Execução Técnica dos serviços:

a) A CONTRATADA obriga-se a implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão de obra nos postos e nos horários fixados na

escala de serviços indicados pelo setor competente da EBSEH, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto conforme o estabelecido;

b) A CONTRATADA deverá emitir notas fiscais/faturas dos serviços prestados, efetivamente, assinadas e datadas pelo funcionário responsável pelo setor de contratos;

c) Os serviços serão executados por meio de postos de vigilância armada e desarmada de acordo com o quantitativo e regimes de trabalho previstos no Termo de Referência;

d) Todos os locais de desempenho das atividades de Vigilância poderão sofrer alteração de acordo com a conveniência da CONTRATANTE, que comunicará à CONTRATADA;

e) Cumprir fielmente as condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo III do Edital e no Acordo de Níveis de Serviço, Anexo VI, de modo que no prazo estabelecido os serviços sejam executados nos termos e nas especificações aqui previstas;

f) Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração da CONTRATANTE;

g) Respeitar e fazer com que o pessoal respeite a legislação sobre segurança e medicina do trabalho e sua regulamentação, bem como normas, regulamentos e disciplinas em vigor na CONTRATANTE;

h) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, fornecendo Equipamentos de Proteção Individual em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

i) Os serviços serão executados nas instalações prediais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, localizado na Avenida Nilo Peçanha, bairro de Petrópolis, Natal – RN.

j) Os serviços deverão ser prestados nos horários a serem estabelecidos pela equipe de fiscalização do contrato, podendo haver flexibilidade, sendo respeitado o intervalo interjornada e intrajornada, desde que não ocorra acréscimo sobre a jornada de trabalho.

4.39 - Quanto à Mão-de-obra:

4.39.1 - Utilizar mão-de-obra devidamente habilitada, (a comprovação deve constar em carteira profissional ou certificado pelo sindicato da categoria), para a execução dos serviços, de idoneidade moral comprovada, caso não reúnam tais condições, poderá ser recusada pela CONTRATANTE;

4.39.2 – Recrutar, selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, conforme estabelecido no Termo de Referência, encaminhando elementos

portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

4.39.2.1 – A CONTRATADA se compromete a não recrutar empregados que seja familiar de agente público para prestar serviços no órgão ou entidade em que o referido agente exerça cargo em comissão ou função de confiança, conforme determinação contida no art. 7º do Decreto Federal nº 7.203/2010.

4.39.2.1.1 - Considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

4.39.3 - A CONTRATADA deverá apresentar e cumprir o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, elaborado por profissional qualificado na área de saúde e segurança do trabalho, relativo às atividades a serem desenvolvidas por seus funcionários nos ambientes laborais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, respeitando as exigências da Norma Regulamentadora 9 – NR9, Portaria 3.214/78.

4.39.4 - A CONTRATADA se obriga a cumprir o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, elaborado pelo Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança de Trabalho - SOST, contendo as exigências da Norma Regulamentadora – NR7, instituída pela Portaria 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego;

4.39.5 - A CONTRATADA deverá aplicar a seus funcionários os procedimentos instituídos pelo Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança de Trabalho - SOST, apresentando ao Gestor do Contrato uma cópia deste documento com assinatura de ciência do funcionário, de acordo com o previsto na NR01, Portaria 3.214/78;

4.39.6 – A CONTRATADA se obriga a elaborar e implantar o treinamento e capacitação em saúde e segurança do trabalho admissional, com carga horária mínima de 4 horas, com registro nominal contendo o conteúdo do treinamento, sempre que admitir novo funcionário para trabalho nos ambientes da instituição. O Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança de Trabalho – SOST, vinculado a Divisão de Gestão de Pessoas poderá auxiliar nas capacitações. Uma cópia do registro dos treinamentos será encaminhada pela contratada ao Gestor do Contrato;

4.39.7 - Manter quadro de reserva dos profissionais envolvidos, com pessoal igualmente treinado e capacitado, conforme diretrizes do Acordo de Níveis de Serviço, Anexo VI do Edital, para atender eventuais substituições em caso de falta, folga, férias etc.

4.39.8 – Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da mão-de-obra necessárias a perfeita e completa execução dos serviços contidos na proposta de preços.

4.39.9 – Deverão ser fornecidos pela contratada, em perfeitas condições de uso, todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, previstos no Programa de Proteção de Riscos Ambientais - PPRA , sendo exigido pelo encarregado do pessoal o seu uso. Uma cópia do registro nominal de distribuição e treinamento para correto uso, guarda e conservação, desses equipamentos deve ser enviada a Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança de Trabalho – SOS, vinculado a Divisão de Gestão de Pessoas. Todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI deverão possuir Certificado de Aprovação – CA, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, gravado na superfície do equipamento em caracteres indelévels.

4.39.10 - A CONTRATADA obriga-se a manter seus empregados durante a execução dos serviços devidamente uniformizados com seus padrões próprios e de acordo com o exigido pela legislação trabalhista (uniforme, sapatos, proteção especial, etc.), devidamente identificados através de crachá, que deverá conter foto, nome completo do funcionário, nome da empresa contratada, nome do posto e, em destaque e de fácil leitura, nome abreviado pelo qual poderá ser identificado o funcionário;

4.3.11 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer aos empregados os equipamentos de segurança (EPIs) que se fizerem necessários, para a execução dos serviços e fiscalizar o uso dos mesmos, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE, sob pena de aplicação de penalidades;

4.39.12 - Nenhum empregado poderá exercer sua atividade sem que sua Carteira de Saúde e do Trabalho estejam devidamente atualizadas;

4.39.13 – A CONTRATADA deverá instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração da CONTRATANTE, devendo ser observada a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos e ferramentas, objetivando a correta execução dos serviços.

4.39.14 - Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, assumindo todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados.

4.39.15 - Não deslocar mão-de-obra destinada aos serviços contratados para outros serviços da CONTRATANTE que não sejam os expressos nas especificações estabelecidas nos anexos, recaiando, em caso de descumprimento, na multa de 2% (dois por cento) da fatura mensal dos serviços por empregado deslocado.

4.39.16 - Não permitir que seja cumprida por seus empregados, jornada de trabalho em desacordo com a legislação trabalhista, respondendo pelo prejuízo e arcando com os ônus

que eventualmente tal fato possa acarretar;

4.39.17 - A CONTRATADA obrigar-se-á a promover a substituição da mão-de-obra considerada inadequada, quando solicitado pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, com o fim de evitar paralisação, no todo ou em parte, dos serviços;

4.39.18 – A CONTRATADA obrigar-se-á a promover a substituição da mão-de-obra faltosa no prazo máximo de 02 (duas) horas quando solicitado pela unidade beneficiário, ficando entendido que a CONTRATANTE se reserva o direito de descontar da fatura mensal o período correspondente às horas não trabalhadas;

4.39.19 – Para controle do horário de entrada e saída dos funcionários envolvidos na prestação do serviço objeto desta contratação, a CONTRATADA deverá instalar Sistema de Registro de Ponto Eletrônico – SREP conforme artigo 74, § 2º da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, cabendo-lhe entregar mensalmente a CONTRATANTE os relatórios gerenciais com todas as informações geradas pelo referido sistema:

4.39.19.1 – O controle e a fiscalização deve seguir fielmente a Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.39.19.2 – O Registrador de Ponto Eletrônico deverá ser instalado nas dependências da sede da CONTRATANTE no prazo de 15 dias após iniciado o contrato, devendo a Contratada arcar inclusive com os custos de instalação, manutenção e retirada do registrador e, caso não proceda com a retirada do aludido equipamento, eles serão doados à contratante, desde que se encontrem em perfeitas condições de uso e com tecnologia adequada e certificada pelo MTE, os quais ser-lhes-ão incorporado ao seu patrimônio.

4.39.19.2.1 – O REGISTRADOR de Controle de Ponto Eletrônico, deverá registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho, permitindo à fiscalização do CONTRATANTE o acesso aos respectivos dados. Além disso, o mencionado sistema permitirá aferir o quantitativo mensal de horas de funcionamento de cada posto de trabalho;

4.39.19.2.2 – os registradores de controle de ponto eletrônico devem ser instalados em quantidades suficientes à demanda dos empregados da contratada, de modo a não criar obstáculos, filas ou deslocamentos desnecessários para fins de registro da jornada;

4.39.19.2.3 – caso os equipamentos apresentem defeitos de funcionamento, necessário o registro da jornada dos empregados por meio de sistema manual, até que o defeito seja consertado, o qual não poderá ser superior a 2 (dois) dias.

4.40 - Quanto aos encargos sociais:

4.40.1 - Comprovar, mensalmente, a quitação das obrigações trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais e legais, sobretudo o recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social) acompanhados da respectiva folha de pagamento pertinente aos seus empregados disponibilizados para prestar os serviços, como condição à percepção mensal do valor faturado, observados os descontos já mencionados.

4.40.2 - A relação de encargos e obrigações da CONTRATADA é meramente exemplificativa, não excluindo as demais decorrentes do contrato e de seus anexos ou de leis, regulamentos em vigor ou de outros que façam prevalecer os legítimos interesses da CONTRATANTE.

4.40.3 - A CONTRATADA obriga-se, independentemente do pagamento de suas faturas emitidas contra a CONTRATANTE, a pagar seus empregados até o 5º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, conforme legislação em vigor, no local de trabalho dos mesmos, ou através de depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, ou com recursos em espécie, não sendo autorizado o deslocamento do funcionário para locais de recebimento que não os indicados previamente, salvo se a mão-de-obra deslocada for repostada durante a sua ausência.

4.40.4 - A CONTRATADA obriga-se, de forma antecipada, a fornecer mensalmente aos seus empregados alocados na execução dos serviços, objeto da presente licitação, vale-transporte no valor referente ao itinerário de cada empregado para o seu deslocamento (residência-trabalho e vice-versa), conforme percurso comprovado pelo empregado, desde que seja abrangido por transporte público regulamentado/oficial, em quantidade proporcional aos dias trabalhados.

4.40.4.1 - Os custos decorrentes da concessão de vale-transporte ou de meios próprios ou contratados de transporte colocados a disposição dos empregados, vales-alimentação/refeição e demais encargos e tributos deverão obedecer ao Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias profissionais vigente no Estado do Rio Grande do Norte e a legislação em vigor, devendo ser considerado na formalização das planilhas de custos e formação de preços, obrigatoriamente, 22 (vinte e dois) dias trabalhados por mês, para as categorias que laboram em escalas de 44 horas semanais.

4.40.4.2- Os vale-transporte deverão ser fornecidos pela CONTRATADA no valor referente ao itinerário de cada empregado para o seu deslocamento (residência-trabalho e vice-versa), conforme percurso comprovado pelo empregado, em quantidade proporcional aos dias trabalhados. Para a promoção da isonomia na elaboração e julgamento das

propostas apresentadas, deverá a licitante, tomar como base o valor unitário da tarifa de passagem urbana vigente na cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, calculado conforme segue: 24 dias x 2 x valor vigente ou disponibilizar por meio na forma estabelecido nos art. 2º e art. 4º do Decreto 95.247/1987.

4.40.4.2.1 - Nos casos em que não se verifique o fornecimento de refeições pelo empregador ou o fornecimento de Auxílio-Alimentação, será admitida a apropriação de vales transporte para o intervalo destinado as refeições, em conformidade com o estabelecido em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

4.40.4.3 – Caso exista condição para o fornecimento de vales transportes diferente da situação acima exposta, convencionada em Convenção Coletiva de Trabalho, para as categorias funcionais que labutam com jornada de 44 horas semanais, prevalecerá a da Convenção;

4.40.5 – As demais situações não enquadradas nas disposições do subitem anterior, devidamente comprovadas, serão avaliadas durante a execução do presente contrato.

4.41– A CONTRATADA obriga-se, ainda, a:

4.41.1 - Responsabilizar-se por acidentes na execução dos serviços, bem como pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros independentemente de sua culpa ou dolo.

4.41.2 - Assegurar a reparação física e/ou financeira de todo e qualquer prejuízo que a CONTRATADA venha a causar direta ou indiretamente a bens e/ou pessoal da CONTRATANTE.

4.41.3 - Realizar todas as despesas com o conserto de instalações e equipamentos de propriedade da CONTRATANTE que comprovadamente decorram do uso inadequado ou por culpa por parte da CONTRATADA ou de seus empregados.

4.41.4 - Registrar e controlar, juntamente com o preposto da Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, a fim de comprovar o real andamento dos serviços e execução do contrato, utilizando relógio de ponto (digital ou não), e emitindo relatórios mensais de frequências dos funcionários.

4.41.5 - O controle e o acompanhamento da carga horária utilizada na prestação dos serviços será de inteira responsabilidade da Contratada, cabendo exclusivamente a ela o suprimento e a substituição de profissionais, nas ocorrências de faltas, férias, licença médica, interrupção no cumprimento da carga horária ou de alguma solicitação, devolução de profissionais etc., independentemente dos motivos.

4.41.6 - Cabe à CONTRATADA atender prontamente à quaisquer exigências da

fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, filial Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, não implicando a atividade da fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a corresponsabilidade da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC.

4.41.7 - Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos respectivos profissionais. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável da Administração pelo acompanhamento dos serviços e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas.

4.41.8 – A CONTRATADA deverá manter sediados junto à Administração durante os turnos de trabalho representante capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

4.41.9 – Manter a CONTRATANTE a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou terceiros em decorrência da prestação dos serviços contratados.

4.41.10 – Fica entendido que todos os empregados da CONTRATADA ficarão exclusivamente sob sua supervisão e controle, sendo, portanto, a mesma, única e exclusiva empregadora para todos os efeitos legais e contratuais.

4.41.11 – Promover avaliações periódicas do desempenho funcional dos seus empregados, promovendo as recomendações contidas no Termo de Referência, parte integrante do instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº 28/2015-HUOL-UFRN/EBSEH.

4.41.12 - As avaliações de que trata o item acima, independe das encaminhadas mensalmente pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC;

4.41.13 – Ministrar ou arcar com os custos da participação dos profissionais contratados em curso de reciclagem em atendimento ao público, a cada 6 (seis meses), devendo apresentar os certificados de conclusão à equipe de fiscalização.

4.41.14 - Realizar Exames Médicos obrigatórios anualmente com todo pessoal, primordialmente o Exame Admissional, antes que os profissionais assumam suas funções.

4.41.15 - Manter uma equipe técnica de desenvolvimento e seleção de pessoal, assim como proporcionar acompanhamento psicossocial, de seus profissionais na sede da empresa;

4.41.16 - A CONTRATADA é responsável pela execução do contrato, não podendo em hipótese alguma, subcontratar os serviços para terceiros, sob pena de sanções administrativas e de ordem legal;

4.41.17 - A CONTRATADA deverá elaborar o Termo de Vistoria Diário, em que serão registrados e avaliados todos os fatos e assuntos relacionados à execução dos serviços, o qual deverá ser submetido à avaliação e aprovação da fiscalização da CONTRATANTE;

4.41.18 - A CONTRATADA deverá oferecer garantia, no prazo de até 10 (dez) dias após a data da assinatura do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em uma das modalidades previstas no “caput” e § 1º do Art. 56, da Lei nº 8.666/93;

4.41.19 - A CONTRATADA fica obrigada a manter em perfeitas condições de conservação e funcionamento as instalações da CONTRATANTE, onde serão executados os serviços contratados, cabendo à CONTRATADA a imediata comunicação à fiscalização da CONTRATANTE de ocorrências de avarias não causadas por empregados seus;

4.41.20 - A CONTRATADA fica obrigada a manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação exigidas no Edital da licitação.

CLÁUSULA QUINTA – Das Descrições e Atribuições dos Serviços de Vigilância

5.1 - A prestação dos serviços de vigilância envolve alocação, pela contratada, de mão-de-obra capacitada para os postos de serviço nas condições descritas abaixo:

5.1.1 - Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

5.1.2 - Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de Vigilância conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;

5.1.3 - Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

5.1.4 - Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados, quando for o caso;

5.1.5 - Repassar para o(s) vigilante(s) que está (ão) assumindo o Posto, quando da

rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;

5.1.6 - Comunicar ao responsável da Administração pela segurança, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;

5.1.7 - Colaborar com as Polícias Civil, Militar e Federal nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

5.1.8 - Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação;

5.1.8.1 – Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

5.1.9 - Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e ao fiscal de contrato, no caso de desobediência;

5.1.10 - Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

5.1.11 - Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

5.1.13 - Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;

5.1.14 - Manter o(s) vigilante(s) no Posto, não devendo se afastar (em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

5.1.15 - Registrar e controlar, juntamente com a Administração, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços;

5.1.16 - A programação dos serviços será feita periodicamente pela Administração e deverão ser cumpridos, pela contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de Vigilância das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.

5.1.17 – As armas e munições deverão sofrer revisão a cada 06 (seis) meses.

5.1.17.1 – Deverá ser entregue ao fiscal de contrato a cada 06 (seis) meses o relatório dos armamentos, das munições e dos coletes quanto às condições de uso, validade e

quantitativo.

5.2 - O exercício do poder de mando (relação de subordinação) sobre os empregados será exercido, exclusivamente, pela empresa CONTRATADA, a qual se obriga por meio de seus vigilantes:

5.2.1 - Ao chegar ao posto, receber e passar o serviço, citando todas as ocorrências, bem como as ordens e orientações recebidas;

5.2.2 - Manter-se sempre bem uniformizado com boas atitudes e apresentação (higiene corporal e das vestes, barba feita, cabelos aparados, unhas cortadas etc.);

5.2.3 - Conhecer as missões do (s) posto (s) que ocupa, assim como a perfeita utilização dos equipamentos colocados à sua disposição para o serviço;

5.2.4 - Não permitir formação de grupos de pessoas, desconhecidas ou desacompanhadas, junto ao Posto;

5.2.5 - Evitar conversas desnecessárias com colegas de serviço ou outras pessoas;

5.2.6 - Evitar tratar de assuntos de serviços ou outros, de caráter reservado, com pessoas estranhas ou desconhecidas;

5.2.7 - Não abandonar seu Posto, a não ser em casos de extrema necessidade ou de caráter emergencial, comunicando esse fato o mais rápido possível ao responsável pelo serviço;

5.2.8 - Informar ao setor onde os serviços estão sendo executados ou a alguém designado pela mesma sobre qualquer fato que fuja à normalidade ou desperte suspeitas;

5.2.9 - Registrar todas as ocorrências em livro próprio;

5.2.10 - Comunicar e dar apoio a CONTRATANTE, caso seja constatada a ação de meliantes nas áreas internas e externas do prédio que abriga seu posto de trabalho e, em situações que envolvam dano ao patrimônio, isolar a área e comunicar à Unidade de Infraestrutura da CONTRATANTE, imediatamente;

5.2.11 - Adotar todas as providências ao seu alcance, para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;

5.2.12 - Somente entrar em áreas reservadas em casos de emergência ou quando devidamente autorizado;

5.2.13 - Não entrar e/ou sair dos prédios nos quais desempenha suas atividades por locais que não aqueles previamente determinados;

5.2.14 - Não abordar autoridades e funcionários de outras áreas para tratar de assuntos particulares ou de serviço, salvo quando devidamente autorizado pela CONTRATANTE;

5.2.15 - Tratar a todas as pessoas com o devido respeito, cortesia e educação;

5.2.16 - Orientar e fornecer as informações necessárias a todas as pessoas que as

solicitarem;

5.2.17 - Manter atualizada a documentação utilizada no Posto;

5.2.18 - Ter o devido zelo com todo o patrimônio colocado à sua disposição para o serviço;

5.2.19 - Manter sempre vigilância e controle sobre todo material, bens e patrimônio, dentro de sua área de ação, registrando e comunicando, por escrito em livro de ocorrência, qualquer alteração;

5.2.20 - Permanecer constantemente atento ao seu serviço, observando e fiscalizando todas as movimentações;

5.2.21 - Manter-se sempre com uma postura correta, evitando relaxamentos ou demonstrações de fadiga;

5.2.22 - Respeitar seus superiores hierárquicos e os responsáveis pelo setor onde os serviços estão sendo executados e ao seu preposto, acatando com presteza suas ordens e determinações;

5.2.23 - Portar sempre, de forma ostensiva, e em local determinado pela sua chefia, seu crachá de identificação;

5.2.24 - Procurar, em casos de dificuldades, a orientação correta na forma de proceder, junto à sua chefia imediata ou aos responsáveis pelo setor onde os serviços estão sendo executados;

5.2.25 - Nunca entrar em atrito ou confronto, de qualquer natureza, com outros funcionários, servidores ou visitantes da CONTRATANTE, buscando, em caso de dúvida ou de falta de competência para decidir sobre certas questões, o apoio de sua chefia, dos responsáveis pelo setor onde os serviços estão sendo executados ou seu substituto eventual, repassando-lhe o problema;

5.2.26 - Não participar e nem permitir a formação de grupos de manifestações ou reivindicações que venham a colocar em risco o patrimônio e a integridade física de pessoas;

5.2.27 - Levar ao conhecimento dos responsáveis pelo setor onde os serviços estão sendo executados ou seu substituto eventual, imediatamente, qualquer informação considerada importante;

5.2.28 - Atuar, sempre que necessário, em situações emergenciais, utilizando e acionando os meios disponíveis;

5.2.29 - Auxiliar nas atividades de prevenção e combate a incêndios, ou outros sinistros, segundo orientações específicas, visando à Vigilância física de pessoal, instalações e patrimônio;

- 5.2.30 - Atender e cumprir as orientações e determinações recebidas dos seus chefes;
- 5.2.31 - Cumprir rigorosamente os horários e escalas de serviço, registrando a frequência e pontualidade;
- 5.2.32 - Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do prédio da CONTRATANTE ou no seu posto de serviço, providenciando, de imediato, a remessa desses bens à portaria ou secretaria do setor onde os serviços estão sendo executados, com o devido registro;
- 5.2.33 - Comunicar com antecedência ao supervisor da empresa a necessidade de faltar ao serviço, decorrente de motivo de saúde ou força-maior;
- 5.2.34 - Desenvolver todas as atividades, inerentes à sua área de responsabilidade, seguindo as orientações e determinações, de acordo com as necessidades do serviço;
- 5.2.35 - Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à Vigilância das instalações ou comprometa o regular andamento dos serviços contratados;
- 5.2.36 - Manter o seu equipamento e o seu armamento em perfeitas condições de uso;
- 5.2.37 - Nunca brincar com a arma, manuseá-la desnecessariamente ou entregá-la a outras pessoas, mesmo que qualificadas;
- 5.2.38 - Ao assumir ou passar o serviço, conferir o estado de sua arma e munição, repassando-as ao seu sucessor ou guardando-as em lugar apropriado;
- 5.2.39 - Nunca repassar a arma carregada, retirando toda a munição ao entregá-la ao seu sucessor;
- 5.2.40 - Portar a arma somente no coldre, mantendo atenção para que o fecho de Vigilância do mesmo permaneça sempre travado;
- 5.2.41 - Adotar todas as precauções e cuidados, indispensáveis ao manuseio do armamento, de acordo com as orientações e determinações.
- 5.2.42 - Não permitir a fixação de panfletos, cartazes, recortes ou outros nos murais, paredes, pilastras, vidraças, janelas etc., sem a prévia autorização da CONTRATANTE;
- 5.2.43 - Não permitir o uso de instrumentos, artefatos ou outros, capazes de provocar poluição sonora e/ou visual nas dependências das Unidades Beneficiárias sem a prévia autorização da CONTRATANTE;
- 5.2.44 - Verificar se as portas e janelas estão fechadas; verificar se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções ao contrário;
- 5.2.45 - Registrar a permanência de pessoas nas repartições;
- 5.2.46 - Verificar se todas as demais luzes do prédio estão apagadas

CLÁUSULA SEXTA – Da Fiscalização dos Serviços

6.1- Conforme estabelece o art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e art. 31 da IN nº 02/2008 – SLTI/MPOG, a Administração designará formalmente responsáveis para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato cabendo, entre outras, as seguintes atribuições:

6.2 - Os profissionais designados pela Administração terão poderes para representá-la, dirimir dúvidas relacionadas com a execução do Contrato, inclusive quanto ao cumprimento das atividades diárias, jornada de trabalho e utilização do crachá, respondendo por todos os atos e fatos gerados ou provocados pelos empregados contratados, sem que isso seja considerado ato de subordinação de tais empregados para com a contratante, uma vez que serão comunicados ao preposto da contratada;

6.3 - Cabe à CONTRATADA assegurar todas as condições para viabilizar a fiscalização por parte da CONTRATANTE, instalando em locais previamente acordados com a Administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC os equipamentos e meios necessários para o efetivo acompanhamento da execução do contrato, tais como relógio de ponto, livro de registro de ocorrências e as demais exigências previstas na legislação trabalhista.

6.4 – Aos fiscais designados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH Maternidade Escola Januário Cicco, – MEJC competirá dirimir as dúvidas que surgirem, podendo para tanto:

6.4.1 - Adotar providências necessárias para o bom andamento dos serviços junto à empresa CONTRATADA e à Administração;

6.4.2 - Solicitar à CONTRATADA a substituição imediata dos empregados faltosos, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho. Caso não seja providenciada a substituição, descontar os respectivos valores nas faturas do mês correspondente;

6.4.3 - Elaborar relatório de acompanhamento mensal, registrando as ocorrências relativas aos serviços, o nome dos empregados faltosos (caso não houver reposição pela contratada), com o horário e o dia da falta, o número de reposições ocorridas no mês. As informações registradas e conciliadas darão origem aos descontos nas faturas mensais, com eventual penalidade à empresa CONTRATADA, ou até mesmo para a rescisão do contrato;

6.4.4 - Solicitar à empresa CONTRATADA que substitua a mão de obra entendida como inadequada para a prestação dos serviços, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas;

6.4.5 - Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela

CONTRATADA;

6.4.6 - Exercer quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços.

6.5 - O responsável pelo acompanhamento e fiscalização de execução do objeto contratado deverá encaminhar à autoridade competente todas as ocorrências na execução dos serviços e dos fornecimentos contratados para que sejam lançadas no livro de ocorrência e tomadas as providências devidas;

6.6 - As decisões e/ou providências que ultrapassem a competência do responsável pela fiscalização e execução do contrato e do preposto da CONTRATADA deverão ser levadas, por escrito, ao conhecimento da Superintendência e da Gerência Administrativa da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, filial Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes e necessárias a cada caso.

6.7 - As ocorrências de desempenho ou comportamento insatisfatório, irregularidades, falhas, insuficiências, erros e omissões constatados pelos fiscais designados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, maternidade Escola Januário Cicco – MEJC deverão ser registrados e comunicados, por escrito, à CONTRATADA, fixando-se prazo para a sua correção, conforme conveniência.

6.8 - Para a execução das atividades, o profissional designado utilizar-se-á de instrumentos como vistorias, reuniões de avaliação setorial e encaminhamento de relatórios a Unidade de Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC.

6.10 – Os responsáveis pelo acompanhamento da execução desse Contrato deverão enviar à Superintendência e à Gerência Administrativa da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC, até o 5º dia útil do mês seguinte ao da realização dos serviços, Relatório Circunstanciado contendo as ocorrências e faltas verificadas na avaliação dos serviços prestados, para que sejam tomadas as providências devidas, descontos nas respectivas folhas de pagamento e lançadas nos Livros de Ocorrências dos respectivos contratos, conforme determina o Art. 67, da Lei 8.666/93:

6.11 – A contratada deverá emitir notas fiscais/faturas dos serviços prestados, efetivamente, assinadas e datadas pelo servidor para acompanhar a execução dos serviços.

6.12 – A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base no Acordo de Níveis de Serviço, nos termos previamente definido no edital e pactuado pelas partes.

6.13 – A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

- a) os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f) satisfação do público usuário, compreendendo os pacientes e seus acompanhantes, sem prejuízo das demais pessoas que compõem a instituição.

6.14 - Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações dos empregados da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (art. 34, § 5º - Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores):

6.14.1 – A prova de regularidade para com a Seguridade Social, conforme dispõe o art. 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;

6.14.2 – Recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior, caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente, conforme estabelecido no instrumento convocatório;

6.14.3 – Pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

6.14.4 – Fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação quando cabível;

6.14.5 – Pagamento do 13º salário no prazo previsto em Lei;

6.14.6 – Concessão de férias e correspondente pagamento do seu adicional constitucional de férias, no prazo e na forma da Lei;

6.14.7 - Realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;

6.14.8 – Eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei;

6.14.9 - Comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;

6.14.10 – Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

6.14.11 – Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados da vinculados ao contrato.

6.15 – O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições

de habilitação pelo contratado deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento (Art. 34-A Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores)

6.15.1 – A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação;

6.16 – Quando da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Preço e Das Condições de Pagamento

7.1 – Pela prestação dos serviços efetivamente executados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância global de R\$ 1.097.971,92 (Um milhão e noventa e sete mil, novecentos e setenta e um reais e noventa e dois centavos), subdividida em 12 (doze) parcelas mensais, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura de Serviços, pela CONTRATADA, em conformidade com os preços unitários constantes da proposta comercial da Contratada.

7.1.1 – A CONTRATANTE só pagará à CONTRATADA os serviços efetivamente executados, relativos aos postos implantados, inclusive no tocante as demandas futuras previstas no plano de dimensionamento de pessoal da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, filial Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC.

7.2 – Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em moeda corrente nacional, em até 15 (quinze) dias após a apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização de que os serviços foram executados, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos elencados na legislação aplicável, na hipótese de figurar a substituição tributária.

7.2.1 – Quando houver ressalva no ateste dos serviços pela Fiscalização, no que concerne à execução do objeto do contrato, e pela gestão do contrato, em relação às demais obrigações contratuais, ocorrerá a interrupção da contagem do prazo para pagamento, a partir da comunicação do fato à Contratada, até que sejam escoimados os vícios detectados.

7.2.2 – As notas fiscais e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues exclusivamente na Unidade de Contratos, situado no prédio da EBSEH/MEJC.

7.2.3 - Todo e qualquer ônus decorrente de omissão ou erro na emissão da nota fiscal eletrônica do objeto licitado, inclusive de natureza tributária e fiscal, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

7.2.4 – Sobre o valor faturado será retido na fonte, o correspondente ao Imposto Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, conforme art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96 e Instrução Normativa nº 539, de 25/04/2005, da Secretaria da Receita Federal, e do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal sobre o tema (§ 8º, inciso III, art. 36, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores).

7.3 – Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, o licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratado, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

7.4 – O licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratado, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

74.1 – Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, a própria Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, filial Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

7.5 – Vencendo-se a Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo INSS e o

Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS - CRS expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal-fatura as cópias devidamente atualizadas.

7.5.1 – Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, inclusive a apresentação do demonstrativo dos serviços executados.

7.5.2 – Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de deduzir do pagamento devido à CONTRATADA as importâncias correspondentes à multas, faltas ou débitos a que porventura tiver dado causa.

7.5.3 – A liberação dos pagamentos só será feita mediante o atendimento das metas na execução dos serviços, com base no Acordo de Níveis de Serviço (Anexo VI - Edital) e nos instrumentos de fiscalização e medição da qualidade definidos no Termos de Referência.

7.6 – A Contratada deverá efetuar os pagamentos dos salários dos empregados utilizados na prestação dos serviços, incondicionalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, conforme dispositivo da CLT do vencimento, e, fornecer, até o último dia do mês, auxílio-alimentação e vale-transporte correspondentes ao mês seguinte, ou fornecer transporte próprio que atenda os respectivos deslocamentos.

7.6.1 – Pagamento dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados não poderá estar vinculado ao recebimento pelos serviços prestados.

7.7 – As faturas deverão corresponder à efetiva prestação dos serviços do mês de competência.

7.8 – A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução, para que haja o acerto do faturamento, e deverá estar acompanhada da documentação descrita nos subitens subsequentes:

7.8.1 – Folha de Pagamento Analítica, referente ao mês da prestação dos serviços, na qual constem todos os empregados que atuaram nesta Instituição, mesmo que transitoriamente em substituição à mão de obra faltante;

7.8.2 – Comprovante de quitação da Folha de Pagamento, emitido pela instituição financeira responsável pelo crédito em conta bancária do empregado, contendo nome completo do beneficiário, CPF, data da operação e valor creditado.

7.8.2.1 – Outras formas de comprovação de quitação da Folha de Pagamento serão analisadas pela Fiscalização, a fim de se assegurar a fidedignidade das informações apresentadas, podendo ser determinada a entrega do comprovante descrito no subitem anterior.

7.8.3 – Comprovante de pagamentos dos vales-alimentação e vale-transporte de todos os empregados que atuaram nesta Instituição, mesmo que transitoriamente em substituição à mão de obra faltante, referente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços.

7.8.3.1 – Por ocasião da apresentação da primeira nota fiscal, a empresa deverá comprovar o pagamento dos benefícios referentes ao mês da prestação dos serviços.

7.8.3.2 – A prova de pagamento dos vales-alimentação e vale-transporte poderá ser representada por relação nominal assinada pelo respectivo empregado, ou por documento emitido por administradoras de cartões de crédito, assinado pelo seu responsável em todas as páginas. A relação ou o documento deve estar organizado alfabeticamente e mencionar a data em que foi efetivado o recebimento desses benefícios, o período a que corresponde o uso e os valores percebidos.

7.8.4 – Certidão Negativa de Débitos das Contribuições Previdenciárias, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS.

7.8.4.1 – A não apresentação das certidões supramencionadas ensejará a postergação do pagamento até a regularização da situação da empresa frente ao Fisco. A manutenção dessa condição, ou a ocorrência reiterada da não apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, permitirá a notificação do fato à autoridade fazendária competente e a rescisão contratual, respeitada a ampla defesa, em face de configurada a inexecução do contrato e a ofensa à regra trazida no art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/1993.

7.8.5 – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, referente ao mês da prestação dos serviços, representada e acompanhada pela seguinte documentação:

7.8.5.1 – Cópia da Guia da Previdência Social, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado; e

7.8.5.2 – Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP.

7.8.5.3 – A vinculação da GRF com a GFIP encaminhada será verificada a partir da verossimilhança do código de barras da Guia de Recolhimento do FGTS e daquele contido nas páginas componentes do arquivo SEFIP.

7.8.5.4 – A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, filial Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos depósitos referentes ao

FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos empregados.

7.9 – Serão retidos da CONTRATADA, em conta vinculada, os custos relativos às provisões de férias e abono de férias, 13º salário, multa do FGTS e impacto sobre férias e 13º salário, em conformidade com o previsto no art. 19-A da Instrução Normativa 02/2008 – SLTI/MPOG e em consonância com a Súmula 331, V e VI do Tribunal Superior do Trabalho. Ao valor do depósito em conta vinculada será acrescido o percentual de lucro proposto pela CONTRATADA.

7.9.1 – Os valores serão liberados quando apresentado a comprovação do pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados relacionados na execução dos serviços;

7.9.2 – Os valores provisionados mencionados no item 16.9 do instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº 28/2015 –HUOL-UFRN/EBSERH serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da empresa.

7.10 – Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item 16.9 do edital do Pregão Eletrônico nº 28/2015 –HUOL-UFRN/EBSERH, depositados na conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal devido à empresa.

7.10.1 – Os valores retidos da Contratada referentes às provisões com férias e abono de férias; 13º salário; multa do FGTS; à incidência do grupo A da Planilha de Custos e Formação de Preços, Anexo VII do Edital, sobre os valores de 13º salário e férias; e ao valor correspondente ao percentual de lucro proposto, serão liberados somente quando da ocorrência das indenizações trabalhistas, com prévia autorização da CONTRATANTE, nas seguintes condições:

7.10.1.1 – parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;

7.10.1.2 – parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;

7.10.1.3 – parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;

7.10.1.4 – ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e

7.10.1.5 – o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado;

7.11 – o saldo total da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – será

liberado à Contratada, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, ocorrendo ou não desligamento dos empregados.

CLÁUSULA OITAVA – Da Conta-Depósito Vinculada-Bloqueada para Movimentação

8.1 – As provisões realizadas pela CONTRATANTE para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam esta cláusula, em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão-de-obra, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositados em conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação em instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa CONTRATADA.

8.2 – A movimentação da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação será mediante autorização do órgão ou entidade contratante, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

8.3 – O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

8.3.1 – 13º Salário;

8.3.2 – Férias e Abono de Férias;

8.3.3 – Adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa;

8.3.4 – Impacto sobre férias e 13º salário.

8.4 – O órgão ou entidade contratante deverá firmar acordo de cooperação com instituição bancária oficial, que terá efeito subsidiário à Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, determinando os termos para a abertura da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação.

8.5 – A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o CONTRATANTE e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:

8.5.1 – Solicitação do CONTRATANTE, mediante ofício, de abertura de conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação – no nome da empresa, conforme disposto no item 8.1;

8.5.2 – Assinatura, pela empresa a ser CONTRATADA, no ato da regularização da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação, de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da Administração.

8.6 – O saldo da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação, desde que obtenha maior rentabilidade.

8.7 – Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item 7.3, depositados em conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

8.8 – O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, 23,33% da remuneração mensal, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato.

8.9 – A empresa CONTRATADA poderá solicitar autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato. (Anexo VII, inciso III, item 7, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores).

8.9.1 – Para a liberação dos recursos da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar ao contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

8.9.2 – A CONTRATANTE expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhado a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.

8.9.3 – A autorização de que trata o subitem anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos.

8.9.4 – A empresa deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de três dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas (Anexo VII, item 8, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores).

8.10 – O saldo remanescente da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado (Anexo VII, item 9, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e

alterações posteriores).

8.12 – Para as provisões previstas no art.19-A da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 03/2009, serão adotados os seguintes parâmetros para provisionar a conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação a ser depositada mensalmente:

13º (Décimo terceiro) Salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10% (doze vírgula dez por cento)		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	12,10% (doze vírgulas dez por cento)		
Subtotal	25,43% (vinte e cinco vírgulas quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39% (Sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (Sete vírgula seis por cento)	7,82% (Sete vírgula oitenta e dois por cento)
Total	32,82% (Trinta e dois vírgulas oitenta e dois por cento)	33,03% (Trinta e três vírgulas zero três por cento)	33,25% (Trinta e três vírgulas vinte e cinco por cento)

CLÁUSULA NONA – Da Compensação Financeira

9.1 - No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios, à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Vigência e da Prorrogação do Contrato

10.1 – O contrato oriundo da presente licitação terá vigência, de 12 (doze) meses, podendo

ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos até o limite previsto no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, condicionado a que seja observada conveniência e oportunidade, avaliada a qualidade dos serviços prestados, a vantagem econômica e o interesse público primário e secundário.

10.2 – Nas futuras prorrogações do contrato, deverão ser precedidas da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, com vistas a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

10.3 – As prorrogações deverão ser registradas mediante aditamento, podendo ocorrer a cada 12 (doze) meses, até o limite previsto no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea e autorizado formalmente pela autoridade competente:

10.3.1 – Quando os serviços forem prestados regularmente;

10.3.2 – O CONTRATADO não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária, exceto a decorrente do não cumprimento do prazo de entrega da garantia contratual;

10.3.3 – A Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;

10.3.4 - O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e,

10.3.5 – A CONTRATADA concorde expressamente com a prorrogação.

10.4.5 – Quando da prorrogação, a Contratante deverá realizar a negociação contratual para a redução/eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, sob pena de não renovação do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Repactuação dos Preços Contratados

11.1 – Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano contado a partir das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, e obedecidas às regras e condições praticadas no mercado, observado o disposto no Art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93 e no art. 37 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, cabendo à CONTRATADA justificar e comprovar eventual variação dos custos, apresentando inclusive Memória de Cálculo e Planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da Contratante, na forma prevista no art. 5º do Decreto nº 2.271, de 07.07.97.

11.2 – O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a

partir:

11.2.1 – Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório; ou

11.2.2 – Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculado às datas base destes instrumentos;

11.3 – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo a última repactuação.

11.4 – As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação, havendo necessidade de manifestação da Unidade de Contabilidade.

11.4.1 – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva. Nesse desiderato, havendo minoração de alíquota ou base de cálculo de tributos ou mesmo remissão ou outras formas de ausência de exação, haverá redução do valor contratual.

11.4.2 – Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

11.4.2.1 – Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

11.4.2.2 – As particularidades do contrato em vigência;

11.4.2.3 – A nova planilha com a variação dos custos apresentada;

11.4.2.4 - Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

11.4.2.5 – A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

11.4.3 – Conforme regramento estabelecido na Instrução Normativa/SLTI nº 2, de 22 de agosto de 2014, quando a solicitação de repactuação envolver reajuste do vale-transporte, esta somente será concedida observadas as seguintes condições:

11.4.3.1 – A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de repactuação do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte;

11.4.3.2 – O início da contagem do prazo de um ano para a primeira repactuação tendo como referência a data do orçamento a que a proposta se refere, qual seja, a data do último reajuste de tarifa de transporte público;

11.4.3.3 – Os efeitos financeiros da repactuação contratual decorrente da majoração de tarifa de transporte público vigente a partir da efetiva modificação do valor de tarifa de transporte público; e

11.4.3.4 – as regras de repactuação contidas nos arts. 37ª 41 da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008.

11.4.4 – A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

11.4.5 – As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

11.4.6 – O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

11.4.7 – O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

11.4.8 – As repactuações a que o contratado eventualmente fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

11.5 – Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

11.5.1 – A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

11.5.2 – Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

11.5.3 – Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

11.5.4 – No caso previsto no subitem anterior, os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

11.5.5 – A Administração deverá assegurar-se de que os preços contratados são

compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

11.5.6 – A Administração fará o pagamento retroativo referente ao período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida.

11.5.7 – Na hipótese anterior, o período que a proposta permaneceu sob a análise da Administração será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Dotação Orçamentária

12.1 – Os recursos orçamentários para o pagamento da execução dos serviços objeto desta licitação correrão à conta dos recursos abaixo especificados para o presente exercício, adequando-se as dotações orçamentárias dos exercícios seguintes, nos casos de prorrogação do contrato:

12.2 – Unidade: 155015 – Gestão de Contratos, Esfera 02, Programa de trabalho: 109660, Fonte de Recursos: 6153000000 e Elemento de Despesa: 339039.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Garantia

13.1 – Para o fiel cumprimento do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar garantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em favor da CONTRATANTE, com validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, cuja liberação só ocorrerá ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e, caso, esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV da Instrução Normativa nº 08/2008 – SLTI/MPOG.

13.1.1 – O termo de garantia somente será liberado ante a comprovação de que a empresa quitou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrente da contratação. Caso a quitação de todas as verbas rescisórias trabalhistas não ocorra até o término do segundo mês, após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme previsto no art. 19-A, inciso IV da Instrução Normativa

SLTI/MPOG nº 02/2008 e suas alterações, observada a legislação que rege a matéria.

13.1.2 – Nas eventuais repactuações dos preços dos serviços contratados a CONTRATADA se comprometerá em aumentar a garantia prestada com os valores providos pela Administração e que não foram utilizados para o pagamento de férias. (§1º, Art. 19, Instrução Normativa nº02/2008- SLTI/MPOG.

13.2 – A garantia servirá para suportar todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive multas eventualmente aplicadas pela CONTRATANTE. Se o objeto for acrescido ou suprimido, a garantia deverá ser atualizada em igual proporção, observada a mesma natureza da originariamente prestada.

13.3 – A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por: (IN nº 6 , de 23 de dezembro de 2013)

13.3.1 – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo este último ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

13.3.2 – Fiança bancária;

13.3.3 – Seguro-garantia.

13.4 – Em se tratando da garantia prevista no subitem 13.3.1, o depósito deverá ser obrigatoriamente efetuado na Caixa Econômica Federal, de acordo com o Decreto-lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1979.

13.5 – Em se tratando da garantia prevista no subitem 13.3.2, deverá constar do instrumento de fiança a expressa renúncia por parte do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro, na forma do art. 828, inciso I, do mesmo Código.

13.5.1 – Em caso de insolvência do devedor solidário – fiador -, a contratada – afiançada -, com anuência da contratante, deverá substituí-lo por outro forte o suficiente para responder solidariamente com aquela pelas obrigações decorrentes desta avença, o qual também renuncia expressamente ao benefício de ordem previsto para o instituto da fiança, na forma da legislação civil, de aplicação supletiva à presente avença;

13.6 – A garantia apresentada pela CONTRATADA somente será liberada após a conclusão dos serviços contratados, ante a comprovação de que a empresa quitou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrente da contratação observada a mesma natureza da originariamente prestada.

13.7 – Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da data em que for notificado pela CONTRATANTE.

13.8 – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de: (IN nº 6, de 23 de dezembro de 2013):

13.8.1 – Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

13.8.2 – Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.8.3 – Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

13.8.4 – Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA;

13.9 – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 13.8, observada a legislação que rege a matéria;

13.10 – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

13.11 – A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

13.11.1 – O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.12 – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

13.13 – A garantia será considerada extinta:

13.13.1 – Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

13.13.2 – Após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

13.14 – A CONTRATANTE não executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Das Sanções Administrativas

14.1 – A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida neste edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

14.1.2 – Resta caracterizada como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002. (retificado em 9 de janeiro de 2014 – publicado no DOU nº 6, Seção 1, pg.58/59).

14.2 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pela Administração, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

14.2.1 – Advertência.

14.2.2 – Multas (que serão recolhidas de acordo com instruções fornecidas pela CONTRATANTE), nos seguintes casos:

a) – Multa de 10% (dez inteiros por cento) sobre o valor de sua proposta final vencedora, se der causa a pelo menos um dos inadimplementos estabelecidos a seguir:

I) – Não aceitar a Nota de Empenho no prazo de validade de sua proposta vencedora;

II) – Deixar de entregar, ainda que parcialmente, documentação, inclusive a proposta final vencedora ou documentos de habilitação, exigidos nos termos e prazos do presente edital;

III) – Deixar de entregar no prazo estabelecido no instrumento convocatório, devidamente assinada, a ata de registro de preços ou contrato, conforme disposições contidas no edital;

IV) – Apresentar documentação falsa, ainda que parcialmente;

V) – Não manter sua proposta integralmente nos termos e valores em que foi regularmente apresentada e aceita pelo pregoeiro;

VI) – Comportar-se de modo inidôneo;

VII) – Fizer declaração falsa, ainda que parcialmente, quanto a qualquer dos requisitos de

habilitação exigidos e/ou quanto ao cumprimento de quaisquer das demais exigências previstas no respectivo edital e seus anexos;

VIII) – Cometer fraude fiscal

b) – A Multa quanto as condutas por parte da CONTRATANTE no que se refere ao descumprimento das cláusulas e condições contratuais, será aplicada nas seguintes condições:

b.1) 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor mensal do contrato, limitada ao percentual máximo de 10,00% (dez por cento);

b.2) O limite estabelecido na alínea b.1 pode ser de até 20% (vinte por cento) do valor mensal do contrato quando verificada a inexecução parcial do contrato ou de descumprimento de obrigação contratual;

b.3) O limite estabelecido na alínea b.1 pode ser de até 30% (trinta por cento) do valor mensal do contrato quando verificada a inexecução total do contrato ou de descumprimento de obrigação contratual;

b.4) – Além dessas multas , poderão ser aplicadas multas moratórias, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal do contrato
2	0,4% do valor mensal do contrato
3	0,8% do valor mensal do contrato
4	1,0% do valor mensal do Contrato
5	1,5% do valor mensal do contrato
6	3,0% do valor mensal do contrato

TABELA 2			
ITEM	INFRAÇÃO - DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
01	Deixar de efetuar o pagamento de salários, seguros, vales-transportes, vales-refeições, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato, nas datas avençadas,	3	Por ocorrência e por dia
02	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais aos funcionários;	6	Por ocorrência
03	Suspender ou interromper, em sua totalidade, os serviços contratuais, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;	6	Por ocorrência e por dia
04	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados;	2	Por empregado e por dia
05	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá;	1	Por empregado e por ocorrência
06	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado;	4	Por ocorrência
07	Entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida neste contrato.	1	Por ocorrência e por dia

08	Retirar funcionário ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por dia
09	Entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida neste contrato.	1	Por ocorrência e por dia
10	Deixar de zelar pelas instalações da CONTRATANTE utilizadas na prestação dos serviços.	2	Por ocorrência e por dia
11	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal;	1	Por empregado e por dia
12	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
13	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço.	1	Por empregado e por dia
14	Deixar de efetuar a reposição de funcionários faltosos;	2	Por ocorrência
15	Deixar de fornecer aos empregados Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando exigido em lei ou convenção, orientando-os quanto a obrigatoriedade de uso.	4	Por empregado e por ocorrência
16	Deixar de fornecer os uniformes, aos funcionários no prazo e quantitativo estipulado no Contrato.	1	Por empregado e por dia
17	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
18	Subcontratar o serviço	6	Por ocorrência
19	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
20	Indicar preposto sem treinamento, qualificação e/ou renumeração compatíveis com a função.	3	Por ocorrência e por dia
21	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo Contrato ou determinado pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
22	Efetuar o pagamento de verbas trabalhistas em desacordo com a proposta apresentada ou determinação normativa, inclusive das Convenções Coletivas aplicáveis às categorias.	5	Por ocorrência e por dia
23	Demora injustificada no atendimento das solicitações emanadas da equipe de fiscalização.	2	Por ocorrência e por dia
24	Reter documentos pessoais de seus empregados.	3	Por ocorrência e por dia
25	Deixar de registrar a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados.	6	Por empregado e por ocorrência
26	Deixar de observar as determinações da legislação trabalhista.	6	Por ocorrência
27	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	6	Por ocorrência e por dia
28	Deixar de fornecer meios para que seus funcionários cumpram as tarefas gerais ou específicas previstas para cada posto de trabalho.	1	Por ocorrência
29	Deixar de recolher as contribuições sociais da Previdência Social e do FGTS	6	Por empregado e por ocorrência
30	Deixar de cumprir determinação da equipe de fiscalização para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
31	Deixar de creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
32	Deixar de manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade ou região metropolitana onde serão prestados os serviços.	1	Por ocorrência e por dia
33	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
34	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
35	Retirar das dependências EBSEH/MEJC quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do	1	Por ocorrência

	responsável.		
--	--------------	--	--

c) - Multa de mora de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, contado a partir do 1º (primeiro) dia de inadimplência, sem prejuízo da aplicação do disposto na alínea “b” deste subitem, à juízo da Administração;

d) - Multa de 2% (dois por cento) da fatura mensal dos serviços por empregado deslocado para outros serviços da CONTRATANTE que não sejam os expressos nas especificações estabelecidas no Edital e seus anexos;

14.2.2.1 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado a CONTRATADA:

14.2.2.1.1 – Se o valor a ser pago ao CONTRATADO não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

14.2.2.1.2 – Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

14.2.2.1.3 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para cobrança judicial.

14.2.2.1.4 – Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

14.2.3 – Impedimento de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais em conformidade o previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

14.2.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

14.3 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 14.2.2, poderão ser aplicadas de forma concomitante com as sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.3 e 14.2.4, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de

impedimento de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no contrato e das demais cominações legais.

14.5 – Deverá ser observado o Princípio do Devido Processo Legal na hipótese de aplicação das penalidades, devendo, em qualquer hipótese de aplicação de penalidades, ser assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa.

14.6 – A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão

15.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste instrumento contratual.

15.2 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.3 – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993

15.4 – Na forma do art. 79 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a rescisão deste Contrato poderá ser:

15.4.1 – Por ato unilateral da CONTRATANTE, nos seguintes casos:

15.4.1.1 – não cumprimento de cláusula contratual, especificação ou prazo;

15.4.1.2 – cumprimento irregular de cláusula contratual, especificação ou prazo;

15.4.1.3 – lentidão na execução dos serviços, fora dos prazos estipulados;

15.4.1.4 – atraso injustificado na execução dos serviços;

15.4.1.5 – paralisação dos serviços sem justa causa e/ou prévia comunicação à CONTRATANTE;

15.4.1.6 – subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, fusão, cisão ou incorporação;

15.4.1.7 – desatendimento das determinações regulares da fiscalização da CONTRATANTE;

15.4.1.8 – cometimento reiterado de falhas anotadas em registro próprio pela CONTRATANTE;

15.4.1.9 – decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou instalação de insolvência civil;

15.4.1.10 – dissolução da sociedade ou falecimento do titular responsável por esta;

15.4.1.11 – alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa que venha prejudicar a execução do contrato;

15.4.1.12 – razões de interesse público, devidamente justificadas, nos termos da lei;

15.4.1.13 – ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada;

15.5 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.6. - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII, XIII, XIV, XV do artigo 78, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

15.6.1 – devolução de garantia;

15.6.2 – pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Critérios de Sustentabilidade

16.1 – Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, deverão ser adotadas as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

16.1.1 – evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

16.1.2 – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

16.1.3 – Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e

16.1.4 – Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Da Inexecução

17.1 – Quando da inexecução total do presente contrato, ficarão preservados todos os direitos da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da Legislação Aplicável

18.1 – O presente contrato foi celebrado com fundamento nas disposições no Edital Pregão Eletrônico nº 28/2015-EBSERH/HUOL, conforme determina o art. 55, inciso XI da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Da Vinculação ao Edital

19.1 – Fica estabelecida a vinculação integral deste Contrato ao Edital do Pregão Eletrônico nº 28/2015-EBSERH/HUOL e seus Anexos, conforme determina o artigo 55, inciso XI da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Da Compatibilidade com as Obrigações Assumidas

20.1 – Fica a CONTRATADA obrigada a manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital da Licitação, conforme o Artigo nº 55, XIII, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Da Publicação

21.1 – Caberá à CONTRATANTE providenciar, às suas expensas, a publicação resumida do presente Contrato e seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Do Foro

22.1 - Fica eleito o foro da Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, para nele dirimirem-se dúvidas e solucionarem-se questões que não encontrem forma de resolução por acordo entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

E por estarem assim, justas e acordadas, é lavrado o presente Termo Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Natal/RN, 01 de Julho de 2016.



CONTRATANTE
Kléber de Melo Moraes
Superintendente



CONTRATANTE
Dilson de Anchieta Rodrigues
Gerente Administrativo



CONTRATADA
Luiz Antonio Rech

TESTEMUNHAS:

1ª Antonio Simoes Dias da Silva

CPF: [REDACTED] ..RG.. [REDACTED]

2ª Guiza Anidia M. de Moraes

CPF: [REDACTED] ..RG.. [REDACTED]

**DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS PELA CONTRATADA
COM SEUS DEVIDOS VALORES.**

Item	CATEGORIA	QTDE. POSTOS/ ANO	VALOR UNITÁRIO	VALOR POSTO/MÊS	POSTO/ ANO	VALOR P/ MEJC
1	Posto de Vigilância Armada – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira à domingo, incluindo feriados, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze)x36 (trinta e seis) horas	72	R\$ 3.760,94	R\$ 7.521,88	R\$ 90.262,56	R\$ 541.575,36
2	Posto de Vigilância Armada – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira à domingo, incluindo feriados, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze)x36 (trinta e seis) horas	36	R\$ 4.868,88	R\$ 9.737,76	R\$ 116.853,12	R\$ 350.559,36
3	Posto de Vigilância Desarmada – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira à domingo, incluindo feriados, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze)x36 (trinta e seis) horas	12	R\$ 3.734,21	R\$ 7.468,42	R\$ 89.621,04	R\$ 89.621,04
4	Posto de Vigilância desarmada – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira à domingo, incluindo feriados, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze)x36 (trinta e seis) horas	12	R\$ 4.842,34	R\$ 9.684,68	R\$ 116.216,16	R\$ 116.216,16
Valor Total para a MEJC : R\$ 1.097.971,92						